



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Procedimento administrativo nº. MPPR 0100.15.346-3 Ata circunstanciada de audiência pública

OBJETIVO: Promover a discussão e deliberação sobre questões relacionadas à Segurança Pública.

As 19h20min do dia 04 de agosto de 2016, no Centro de Conveniência da Família – Clube do Vovô, localizado na Rua XV de Novembro, nesta cidade e Comarca de Palotina, iniciou-se a audiência pública, convocada pelo edital nº. 01/2016, a qual abordou o tema “Segurança para todos”, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Cristiane Aparecida Ramos, além da participação das autoridades e munícipes registrados nas listas de presenças anexas. A mesa diretiva foi presidida pela Dra. Cristiane Aparecida Ramos e composta pela Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça, Dra. Dunia serpa Rampazzo, pelo Promotor Substituto da 20ª Seção, Dr. Danilo Paz Leme, pelo Juiz de Direito da Vara Criminal e anexos, Dr. Juiz Sérgio Decker, pelo Juiz de Direito da Vara Cível, Dr. Sérgio Laurindo Filho, Coronel da Reserva da Polícia Militar e Assessor de Segurança institucional (ASI) do Ministério Público do Estado do Paraná, Roberson Luis Bondaruk, pelo Delegado de Polícia Civil, Dr. Aldair da Silva, pelo Comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar, Tenente Anderson Luis Aparecido, pelo Presidente do Conselho de Segurança Pública, Paulo Antonietti e pelo Presidente da OAB Subseção de Palotina, Dr. Cleverton Cremonese de Souza. Para além destas, as seguintes autoridades convidadas se fizeram presentes ao ato: Gerson Araldi, da Sociedade Rural, Sinuê Giacomini, do Jornal Folha de Palotina, Ladi Araldi, da Assoc. de moradores e agricultores da Linha Botafogo, Gilvano Borin, da Assoc. de moradores e agricultores da Linha Água Branca, Nadir Osvaldo Araldi, da Assoc. de moradores e agricultores da Linha Aparecidinha, Moacir Binotto, da Associação de Moradores do Bairro União, José Maria da Silva, Coordenador do Conselho Tutelar, Pedro de Souza, da ACIPA, Jucenir Stenzler, Prefeito Municipal, Idenir Pedrinho Brum, Vice-Prefeito, Marcelo Paulo Vendrame, do Observatório Social de Palotina, Odilo Cremonese, do CARTA, além de outros duzentos e seis munícipes que se fizeram presentes.

Inicialmente foi realizada uma breve apresentação do conceito e finalidade das audiências públicas e, após ter sido composta a mesa e agradecidas as presenças de todos, assim como as parcerias realizadas para a realização do ato, passou-se a palavra à Presidente da Audiência Pública, Dra. Cristiane Aparecida Ramos, a qual recepcionou a todos os presentes, agradecendo a presença dos munícipes e das autoridades, esclarecendo que o objetivo da audiência pública era tratar do tema da segurança pública no município de Palotina, buscando soluções juntamente com a comunidade. Ainda, esclareceu como seria realizada a logística do ato, especialmente no que tange à realização dos questionamentos a serem feitos ao final das falas. Nesta oportunidade, tornou a agradecer os parceiros para realização da



MINISTÉRIO PÚBLICO

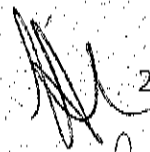
do Estado do Paraná

audiência pública, tendo sido oficialmente aberta a audiência pública às 19h30min.

Às 19h30min – O primeiro a fazer uso da palavra foi o **Dr. Sérgio Decker**, o qual iniciou sua fala esclarecendo suas atribuições como Juiz de Direito, dando destaque a questão da segurança pública como uma das maiores carências da população. O tema primordial da fala foi a respeito dos Centros Socioeducativos e os adolescentes em conflito com a lei. Nesta oportunidade, o MM. Juiz esclareceu todos os trâmites realizados quando da apreensão de um adolescente: iniciando com a chamada dos pais ou responsáveis à Delegacia de Polícia, encaminhamento ao Ministério Público em 24 hrs. Assim, quando requerida a internação provisória, o pedido é submetido à apreciação do Judiciário. O MM. Juiz destacou a celeridade do procedimento de atos infracionais, a fim de salientar a atuação célere, se não imediata, tanto do Ministério Público quanto do Juiz da Infância. Em continuidade, expôs que o ECA dispõe expressamente o limite de 05 (cinco) dias para que o adolescente permaneça apreendido na Delegacia de Polícia local, sendo que caso descumprida tal disposição o Juiz sofrerá sanções administrativas, civis e criminais. Continuando a explicar o procedimento quando há adolescente apreendido, explicou que tão logo determinada sua internação provisória, é acionada a central de vagas, buscando-se vagas em todo o Estado do Paraná. Nesse sentido, esclareceu que faltam vagas nos CENSE do Estado, expondo a falta que faz um CENSE na presente comunidade. A título de exemplo, sem citar nomes exemplificou as explicações com o caso de um adolescente que foi apreendido no dia 04/09/2015 (sexta-feira) e, acionada a central de vagas, a resposta apenas foi encaminhada dia 10/09/2015, já tendo decorrido o prazo de 05 (cinco) dias, o adolescente já havia sido colocado em liberdade no dia 08/09/2015. O mesmo adolescente, novamente foi apreendido em flagrante no dia 09/10/2015 (sexta-feira), sendo verificada a mesma dificuldade, já que a central não funciona aos finais de semana, sendo que muito do prazo já escorre neste período. Finalizando sua fala, o MM. Juiz chamou novamente a atenção para a necessidade de mais vagas, chamou a comunidade para juntamente com as autoridades lutar pela criação de um CENSE neste município.

Finalização 19h44min

Às 19h44min – Com a palavra o **Dr. Aldair da Silva – Delegado de Polícia Civil**: Iniciou a fala agradecendo o apoio do Ministério Público na atuação, especialmente para viabilizar a realização da audiência pública sobre tema tão relevante. Em seguida, realizou uma breve explanação sobre a atual situação da polícia civil de Palotina. Nesse sentido, expôs que há 93 presos, muitos dos quais já estão condenados e não deveriam estar na Delegacia local, mas sim sob os cuidados do DEPEN. Continuou expondo que atualmente em Palotina há: cinco agentes de polícia, dos quais um sequer foi submetido ao treinamento técnico profissional para entrar em exercício; nenhum escrivão de polícia – talvez sendo a única cidade do noroeste Paranaense. Assim, expõe que a polícia civil apresenta dois problemas principais: a falta de efetivo adequado e a custódia prisional. Com relação a esta


2
Carla




MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

última, expôs que a necessidade de cuidar da custódia prisional impede que se dediquem 100% à função primordial, prevista na Constituição Federal. A Custódia prisional vem prejudicando negativamente o cumprimento das diligências, intimações e inquirição de testemunhas. Nesse sentido, são realizadas várias tratativas para retirada dos presos, vez que há 93 presos onde deveria haver 16. Em continuidade, esclareceu os trâmites exigidos da Polícia Civil para autuação do flagrante, qual seja, 24 horas, bem como o prazo de 10 (dez) dias para conclusão de todo o caderno investigativo. Esclareceu, ainda, a dificuldade de realizar todos os atos da prisão em flagrante no prazo legal sem o efetivo e ainda com a necessidade de cuidar da custódia prisional. Ainda, discorreu sobre a importância da vinda da Companhia de Polícia, ressaltando que a maior atuação da polícia militar exigirá também mais atuação da polícia civil, a qual já se encontra bastante defasada no município. Por fim, expôs como solução a possibilidade de repassar as atribuições carcerárias ao DEPEN, deslocando a função de polícia investigativa para outro local (sem necessidade de novo prédio, já que os presos permaneceriam na DEPOL), o que possibilitaria o foco da atuação nas atribuições constitucionais da Polícia Civil. Em conclusão, completou que esta seria a solução mais imediata neste momento, solicitando o auxílio de toda a comunidade, para que sejam empreendidos esforços nesse sentido. (Término - 19h56)

Às 19h56min - com a palavra o **Tenente Anderson Luis Aparecido**: Iniciando os cumprimentos à mesa, na figura do Coronel, o Tenente expôs momentos de frustração e desmotivação na atuação da Polícia, diante dos diversos trabalhos em equipe frustrados com a liberdade de pessoas autuadas e destacou a participação e interesse em peso da comunidade em participar de discussões sobre tema tão relevante trazem motivação. Neste sentido, assumiu o compromisso de que polícia militar atuará independente da liberação destas pessoas, as quais serão presas tantas vezes quantas forem necessárias. Com relação aos problemas do município, esclareceu que há 4 anos foi lançada uma semente com o Conselho Municipal de Segurança Pública e comissão organizada, com o objetivo de pensar no policiamento para o futuro. Questionado como melhorá-lo emergiu a possibilidade de criação de uma Companhia de Polícia Militar no município, projeto este que foi crescendo e atualmente se encontra bem encaminhado, em parceria com a Prefeitura, autoridades, sociedade organizada e comunidade, havendo boas notícias no sentido de que em período próximo (não sabendo precisar o lapso) transformar o Pelotão em Companhia. Por fim, destacou que já terreno disponibilizado, com previsão para início da construção da sede. (Término - 20h03min)

Às 20h04min - Passada à palavra ao **Coronel Roberson Luis Bondaruk, Conorel da Reserva da Polícia Militar e Assessor de Segurança institucional (ASI) do Ministério Público do Estado do Paraná**, este se propôs a falar sobre como a população pode melhorar sua própria segurança com algumas atitudes. Aberta a fala, o Coronel expôs a satisfação de ver a população participando da


3
Carla



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Audiência Pública, bem como destacou que o Município de Palotina apresenta uma estrutura física muito boa, sendo que a grande maioria das residências apresentava a arquitetura indicada para prevenção de crimes. Seguindo com sua fala, propôs uma análise sobre a figura do criminoso, o qual se vale da lei do menor esforço. Nesse sentido, salientou que este não carrega ferramentas, motivo pelo qual muitas vezes utiliza as coisas da própria casa em que vai praticar o crime, destacando que pesquisas indicam que em expressivo percentual dos crimes contra o patrimônio houve a utilização de ferramentas da própria residência. Ainda, destacou que atualmente os criminosos possuem acesso bastante fácil às armas de fogo, sendo que algumas são tomadas em crimes, mas muitas são adquiridas de outros países. Em continuidade, passou a explicar sobre a “fórmula do crime”, como sendo a soma de vítima, criminoso e oportunidade, sobre o tema apresentou um vídeo que evidenciava a atuação de vândalos e como o acesso a diversos locais pode ser alçado de várias maneiras, sobre o assunto, esclareceu que no fator “oportunidade”, existem diversas posturas que podem auxiliar no momento do crime, ou mesmo para evitá-lo. Inicialmente, destacou alguns procedimentos básicos na presença do criminoso, tais como: jamais reagir, atender ao solicitado, não retardar sua fuga, não realizar movimentos bruscos e não tentar enganá-lo. Em seguida, abordou o tema das armas de fogo, ter ou não ter? Sobre o assunto, destacou que nem sempre as armas são fatores de proteção, sendo que muitas vezes se tratam de fator de risco. Para tanto, há necessidade de habilitação e treinamento contínuo para manuseio da arma, já que ausência de condições táticas podem agravar a situação. Seguindo com um vídeo sobre posturas e facilitações, o Coronel expôs algumas Estratégias básicas, dentre as quais: a) Vigilância natural – ver e ser visto – transmitir ao potencial delinquente a sensação de que está sendo visto e que o risco de ser capturado é alto. Sobre o assunto, pesquisa com infratores com condenação por crimes contra o patrimônio mostrou que 36% destes escolhiam seus locais considerando o menor trânsito de pessoa e 23% em razão de obstáculos que dificultassem a visão de testemunhas, sendo que apenas 6% se preocupavam com a dificuldade de romper obstáculos. b) Controle de acesso – forma preestabelecida de controlar o acesso. Nesse sentido, destacou uma pesquisa realizada em 2007, a qual mostrou que 71% dos crimes ocorriam em casas cercadas por muros, bem como que nestes locais o tempo de permanência também é maior do que nas residências em que há visibilidade, a exemplo das casas com grade. c) Reforço territorial – instinto natural ao ser humano de ter determinado espaço com domínio pessoal, oportunidade em que ressaltou que calçadas limpas e acessíveis deixam o espaço em mais seguro, devido ao maior trânsito de pessoas. Em seguida, passou a tratar de alguns “Vilões disfarçados”, especialmente no que tange à entrada de veículos, a qual deve ser sempre em local de visão. Outros comportantes ainda foram abordados, sugerindo-se à comunidade que sempre seja verificado o perímetro das residências, analisando locais que possam ser de fácil acesso, bem como se atentar para a iluminação, sugerindo uma cerca de luz ao redor da casa, não permitindo que seja possível chegar do portão à porta sem passar por ao menos uma luz. Com

M. Carval



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

relação à proteção nos deslocamentos, reafirmou a necessidade de constante atenção, especialmente em locais de aglomeração, assim como com objetos definidos como "produtos criminógenos", produtos estes como bolsas, mochilas, celulares, os quais por si só sempre chamam a atenção do infrator em potencial, destacando a importância de que sejam carregados com atenção, de preferência à frente do corpo. Ainda, salientou a importância de manter uma margem de segurança, sempre que há suspeita de que alguém esteja tentando se aproximar, devendo-se manter uma distância de cerca de 20 metros. Por fim, ressaltou que o mundo atual exige algumas adaptações, tais como: atenção constante, cultura de prevenção e participação comunitária, dispondo seu e-mail (robersondh@gmail.com) e colocando-se à disposição aos presentes, de modo que sua fala se finalizou às 20h40min.


20h40min, com a palavra a Presidente da audiência, Dra. Cristiane Aparecida Ramos, esta oportunizada a realização de perguntas pelos presentes, tanto de modo verbal através do microfone, quando escrita. Assim, foram formuladas os seguintes questionamentos e apontamentos:

1) Sergio Menz: este chamou a atenção para a grande concentração de pessoas nas praças e alguns locais públicos da cidade, sugerindo uma atuação enérgica da polícia nas praças, com a maior patrulhamento. Dada a oportunidade de resposta ao Tenente Aparecido, este declarou que o aumento de efetivo já sinalizado possibilitará o maior patrulhamento e mesmo o patrulhamento a pé nestes locais, sendo que o próprio Tenente muitas vezes observa estas situações, ainda que não esteja fardado, tem conhecimentos das situações, sendo que esta solicitação será atendida em breve.

2) Marcel Falleiros: O Município apresentou preocupações com a fala do Dr. Juiz e Delegado, questionando até que ponto a sociedade terá que assumir esse papel que cabe ao Estado? Bem como o que pode ser feito como sociedade organizada para realizar essas melhorias que foram expostas. Em resposta, o Dr. Sérgio Decker expôs que tais melhorias só serão alcançadas com a atuação da população, que há necessidade de sair de casa. Como exemplo, expôs a possibilidade de construção de um novo fórum, o que exigiu que autoridades locais fossem conversar pessoalmente com as autoridades responsáveis, para expor a situação precária da Comarca. Em complemento, afirmou ser primordial que a população conheça a atuação dos Juizes e demais operadores do Direito, assim como uma aproximação da população com as autoridades e que não basta o pagamento de impostos e aguardar a atuação do Estado, como exemplo positivo apresentou a criação do observatório social.

3) Sem identificação: Como a sociedade pode contribuir para a formação de um CENSE? Em resposta, a Dra. Cristiane ressaltou a necessidade de organização da sociedade civil e articulação conjunta entre as autoridades e a sociedade, tal como vinha ocorrendo com relação à Companhia de Polícia Civil.

4) Carlos: Como é possível haver tantos roubos de carro, tendo: BPFロン,

 5
Carlos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PRF, PF, Polícia Civil, Polícia Militar, Exército, Força Alfa, Força Nacional, Etc., sendo o destino o Paraguai? Em resposta, o Coronel Roberson esclareceu que já ocorrem operações integradas, envolvendo todas as forças sincronizadas, bem como que atualmente há mais integração entre as polícias militar e civil. Ainda assim, há necessidade de maior controle das fronteiras, que ainda são bastante abertas, bem como há necessidade conjunto de atuações e união de forças, que tem sido sempre buscado, mas ainda há necessidade de aperfeiçoamento.

5) Valeria e Vera: Qual a possibilidade de alteração do ECA? e no caso das leis que beneficiam os adolescentes, como estas poderiam ser melhoradas? Em resposta, a Dra. Dunia ressaltou a necessidade de conhecer e escolher bem os governantes. De todo modo, apontou o fato de que alteração do ECA não seria a solução, destacando que o ECA é uma boa legislação, mas necessita ser cumprido, o que nem sempre é possível, já que muitas vezes a inexistência de vagas prejudica essa atuação. Destacou, ainda, a possibilidade de lei de iniciativa popular para modificação da legislação, destacando que a mudança do ECA não seria a solução, mas sim o seu correto cumprimento.

6) Madalena B. Schneider: destinada às autoridades municipais: Foi questionada a possibilidade de legislação para proibir a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis, devido à baderna ocorridas nos entornos desses locais, sendo que o acionamento da polícia apenas resolve a situação de forma momentânea. Na mesma oportunidade, foi respondida também outra pergunta, de autoria não identificada, também sobre as residências que fazem festas. Com relação à pergunta destinada às autoridades municipais, constou que estas seriam questionadas sobre a possibilidade de edição de lei nesse sentido. Em resposta às outras perguntas, com a palavra a Dra. Cristiane, esta esclareceu que estão sendo traçadas estratégias entre a Polícia Militar e o Ministério Público para solucionar de uma vez por todas essa situação. Acrescentando em seguida que vem sendo realizadas diversas reuniões entre várias autoridades, as quais inclusive resultaram na edição e aprovação de Lei Municipal acerca da poluição sonora, bem como a aquisição de um aparelho de decibelímetro que viabiliza a medição e a aplicação da legislação alcançada. Também em resposta, o Tenente Aparecido confirmou que vêm sendo realizadas tratativas entre PM e MP, bem como a atuação com a Administração no sentido de melhorar essas situações, aprovação na Câmara de Projeto que objetive a proibição de bebidas em via pública, havendo várias melhoras gradativas neste sentido.

8) Guilherme: O que possível para firmar o convênio para passar a atribuição dos presos ao DEPEN? E Como a sociedade pode ajudar nesse sentido. A resposta foi dada pelo Dr. Aldair da Silva, o qual destacou que essa atribuição já deveria estar com o DEPEN. Ainda, esclareceu que há necessidade de cessão de um imóvel para a realocação da Polícia civil, bem como que há necessidade de intervenção junto ao Executivo estadual, já que é preciso comunicá-lo, bem como que seja requerida a viabilização do convênio. Ainda, a Autoridade Policial destacou que apesar de todas as dificuldades, o Delegado e sua equipe têm realizado

6
Carla



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná


diversas diligências e atuado para amenizar as dificuldades enfrentadas, frisando que não há falta de empenho por nenhuma das equipes.

9) Marcelo Vendrame, na qualidade de Diretor Geral do Observatório e da Associação Comercial: afirmou que na presente audiência foram traçadas três linhas de soluções para tentar amenizar os problemas de segurança pública municipal: aumento de efetivo da Polícia Militar, com relação à Polícia Civil - a transferência para o DEPEN, bem como a criação de um CENSE. Questionou verbalmente qual seria a principal e primordial dentre essas três linhas de solução apontadas na audiência pública. Em resposta, a Dra. Cristiane apontou que após muitas discussões, definiu-se que essas são as três linhas essenciais a serem buscadas, havendo ainda diversas outras linhas a serem seguidas posteriormente. Que essas soluções apontadas são os três eixos básicos para melhorias de segurança pública no município. Respondendo à pergunta, afirmou que há necessidade de organização para levantamento de custos, bem como de empenho para organizar os passos a serem seguidos para tentar realizar todas as soluções concomitantemente, vez que são eixos basilares. Apontando os primeiros passos, a Promotora ressaltou que a audiência pública é um pontapé inicial neste sentido, para identificação das fragilidades, para posteriormente serem colocadas na ponta do lápis todas as demandas e avanços já obtidos.

Também em resposta afirmou o Dr. Sergio Decker confirmou a fala da Promotora, destacando que as linhas apontadas não são excludentes e que há necessidade de uma visão multifocal dos problemas da sociedade. Que a resposta apontando uma única linha de solução seria precipitada, exigindo atuação ponderada. Por fim, novamente convidou a população a caminhar junto nesse sentido.

10) Emerson Stevanato – apresentou duas perguntas: 10.a) P/ Dra. Cristiane: A Guarda municipal é importante para o Município ou a Companhia da Polícia Militar já supriria isso? Em resposta, foi afirmado que o assunto já foi objeto de discussões e fóruns anteriores, inclusive de concurso e que há divergências nesse sentido, tendo a promotora posicionamento favorável à instituição da Guarda Municipal. Ainda assim, destacou que a instituição da Guarda também implica gastos da verba pública, havendo a necessidade de ponderar se essas verbas poderiam ser melhor investidas em outras soluções de segurança. **10.b) P/ Dr. Sergio Decker: - Há necessidade de uma Defensoria Pública instituída no Município para aumentar a celeridade policial, vez que o DEPEN apenas recebe presos já condenados? (pergunta esta também formulada de forma escrita, sem identificação).** Em resposta, o Dr. Sergio Decker destacou a necessidade de defesa técnica em todos os processos criminais, agradecendo a atuação dativa dos advogados na Comarca, na figura do Presidente da OAB. Nesse sentido, exaltou a importância e os benefícios da instituição da defensoria pública na Comarca, mas que ainda inexistente previsão para implantação no município.

11) Sem identificação: Uma vez criado o CENSE no município, qual o critério de definição das vagas? Há diversos critérios para definição, avaliando o perfil de cada adolescente e o adequando ao CENSE correto. Neste sentido, o MM. Juiz


7
Carla



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

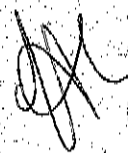
destacou que as vagas não seriam exclusivamente aos adolescentes deste Município, ainda assim a existência de CENSE neste Município viabilizaria uma maior discricionabilidade na atuação, com remanejamento de esforços que poderiam evitar a colocação em liberdade de adolescentes em casos muito graves, cujas vagas muitas vezes não obtidas via central de vagas.

12) Laudio Soder, vice-Presidente da ACIPA, membro do Observatório e tesoureiro do Conselho da Comunidade: Diante da informação informal de que o Estado estaria contratando 5 policiais para cuidar dos presos, questiona se há informações oficiais nesse sentido. Ainda, direciona ao Dr. Sergio Decker o questionamento sobre a estrutura física e operacional de um CENSE. Em resposta, foi afirmado que a estrutura de um CENSE difere do presídio, já que há atendimento psicológico, psiquiátrico, educacional, motivo pelo qual os níveis de reincidência são bastante menores. Ainda esclareceu que não há um período pré-definido para a manutenção do adolescente internado, vez que este apenas é liberado quando julgado apto pela equipe multidisciplinar. Destacou, neste sentido, que os adolescentes em conflito com a lei, via de regra, vêm de famílias fragilizadas, recebendo uma âncora nos CENSEs, já que são pessoas ainda em desenvolvimento e lá encontram uma maior atenção, viabilizando seu crescimento e diminuição da reincidência.

13) Darcy Gris, na qualidade de Secretário de Assistência social do Município de Palotina: esclareceu a atuação do CREAS com relação aos adolescentes em liberdade, com a atuação de equipes especializadas de assistentes e psicólogos, que atualmente atende a cerca de 70 adolescentes que praticaram atos infracionais de menor gravidade. Ainda, esclareceu a necessidade de suporte às famílias, independentemente dos locais em que se encontram internados, de modo que muitas vezes é necessário disponibilizar o trânsito destas famílias até os locais de internação. Assim, solicitou que fossem oficiado às autoridades e aos departamentos competentes sobre o Escrivão em falta, bem como acerca da necessidade um CENSE para internação provisória. Por fim, solicitou que desta noite saíssem documentos concretos às autoridades expondo as dificuldades verificadas e apontadas. Em resposta, a Dra. Cristiane destacou que todas as discussões seriam registradas em ata, a qual a após lavrada seria publicada e amplamente divulgada.

Antes de dar continuidade aos demais questionamentos e diante das discussões já promovidas, neste momento a Presidente da audiência propôs a **DELIBERAÇÃO**, referente aos três eixos já abordados: referente a criação do CENSE no município, problemas apontados na Polícia Civil e Polícia Militar. Nesta oportunidade, **RESTARAM APROVADOS pelos presentes, em extrema maioria, se não por unanimidade, os três eixos propostos.**

14) Mauro Holz, Vereador do Município de Palotina: Questionou se a sociedade vem colaborando ou cumprindo seu papel na reinserção dos ex-

 8
Carida



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

detentos ou adolescente que são liberados após a apreensão, bem como se existe algum programa nesse sentido.


Em resposta, a Dra. Cristiane destacou que esse seria um próximo passo, juntamente com os três eixos, sendo que já vem sendo realizadas diversas tratativas nesse sentido, com a aplicação de alguns programas, que ainda precisam ser aperfeiçoados.

15) Lori, do Sindicato dos Empregados no Comércio: Questionou a viabilidade da instituição de bloqueadores de celulares na Delegacia, diante da coordenação de organizações criminosas dentro da Delegacia. Ainda, sugeriu a realização de arrastão na Delegacia com mais frequência. Com a palavra o Delegado, Dr. Aldair, este afirmou que esta opção é bastante válida, vez que se trata de uma forma de podar os meios de comunicação dos criminosos, para que não possam de dentro da prisão gerenciar organizações criminosas. Com relação à sugestão feita para que fossem realizados pentes finos na Delegacia, esclareceu que pretende em sua atuação realizá-las de forma mais efetiva. Que a capacidade inventiva dos criminosos é bastante alta, o que dificulta essa atuação, mas finaliza sua fala destacando que serão realizadas diligências nesse sentido.

16) Fernando: Afirmou que apesar de sonhar com o mundo ideal, é preciso trabalhar com um mundo real. Assim, gostaria de saber das autoridades o que já existe de exemplos no sentido de aquisição de equipamentos para a polícia local pela própria comunidade e o que pode ser feito pela própria população, independente do governo. Dra. Cristiane respondeu que com relação a todos os eixos problemáticos traçados não serão medidos esforços para levantamento dos valores. Que a presente audiência foi o pontapé inicial para sentir a população, aferir os problemas e analisar como a população poderá contribuir.

Também em resposta o Sr. Paulo Antonietti, Presidente do Conselho de Segurança, este destacou que o Conselho de Segurança colocou em uso três viaturas, mas que todas as melhorias existem formalidades. Que estão sendo realizadas tratativas para aquisição de armas também pelo Conselho, mas também há técnicas burocráticas a serem observadas e apuradas.

17) Paulo Antonietti, Presidente do Conselho de Segurança: Solicitou que o Dr. Sérgio Decker falasse um pouco sobre quem deve ser cobrado a respeito da construção de presídios/transferência de presos. Em resposta, o MM. Juiz destacou a importância sobre a escolha dos legisladores e políticos. Ressaltou, ainda, a importância de que as pessoas saiam de casa e participem das discussões e reuniões, para que tenham conhecimento de como os trâmites ocorrem e que providências precisam ser tomadas. Com relação à criação de presídios, salientou, ainda, que há programas e discussões no âmbito do Conselho da Comunidade para a transformação dos infratores. Que há diversas tratativas para discussão sobre programas de ressocialização, já que o preso não permanecerá na cadeia para sempre, ele volta para a sociedade, por isso é necessário trabalhar o infrator. Ressaltou que as cadeias e presídios não são ambientes exemplares, sendo que muitas vezes os infratores saem piores do que entraram. Destacou a visão da


9
Carla



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná


sociedade sobre a polícia prender e o judiciário soltar, ressaltando que a legislação assim prevê. Que o único regime prisional que dá cadeia é o regime fechado, que os demais permanecessem em liberdade, por isso a importância da ressocialização.

18) Luis Carlos Miotto: chamou todos os presentes que tivessem sido vítimas de crimes a ficarem de pé. Afirmou que como vítima também se dispõe a colaborar para os três eixos de problema. Que a Companhia encontra-se encaminhada, com projeto aprovado e terreno disponibilizado. Chamou a população a colaborar na construção da sede, assim como já aconteceu em outras oportunidades no Município, como no seminário e Colégio Gabriela Mistral, já que a construção da companhia também exigirá uma contribuição da população. Ainda, como sugestão, solicitou a aprovação pela Câmara de legislação que autorizasse a contribuição via carne de IPTU, para que a população possa colaborar financeiramente de alguma forma, já que muitos não dispõem de tempo para ajudar. Pediu que fosse aprovada essa legislação que permitisse à população contribuir nesse sentido. Por fim, pediu que as autoridades permanecessem próximas da população, auxiliando na tarefa da população de cobrar das autoridades as medidas necessárias. Ainda, solicitou que constasse em ata que o eixo primordial seria a companhia, que permite a atuação preventiva da PM, sendo que o outro eixo seria o CENSE e também o socorro da Polícia Civil. Em complementação, o Dr. Sérgio Decker – ressaltou a legislação vigente não carece de reparos, mas sim existe a necessidade de dar aplicação a essas leis. Por isso reitera o pedido para que a população participe da reunião no dia seguinte, às 13h00min, sobre os programas de ressocialização.

19) Silmar Soligo: Levantou a possibilidade de implementar um sistema de vigilância em todas as entradas dos municípios, que tem sido aplicada com bastante efetividade em outros municípios, considerando há grande incidência de crimes contra o patrimônio, especialmente de veículos. Em resposta, o Coronel afirmou que os sistemas de vigilância vem em colaboração para a segurança pública. Que esse assunto exige uma análise mais apurada e técnica do sistema viário, no sentido de estudar se os acessos do município são muito ramificados, acaba ficando muito custoso. Que realizado este estudo, havendo as limitações físicas, poderia ser uma das soluções, já que todos os sistemas de vigilância que fortaleçam o controle do sistema viário, de forma integralizado, colaboram na redução da criminalidade.

A Dra. Cristiane destacou o grande fluxo de veículo no interior do município, diante da ausência do anel viário. Que isso dificulta uma fiscalização pela própria população sobre veículos estranhos transitando. Também apontou a importância de que fosse cobrado das autoridades responsáveis a implementação do anel viário.

Às 22h05min – A DRA. CRISTIANE APARECIDA RAMOS, finalizou a fala destacando a pertinência de todas as questionamentos elaborados, os quais foram de grande importância para o tema, oportunidade em que destacou que a audiência foi um feito inédito no município e o pontapé inicial para muitas medidas a serem tomadas a partir de então. Em sequência, agradeceu a presença de todos, em

 10
Carla



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

especial ao Coronel que se deslocou para que fosse possível a realização nesta noite. Finalizadas as falas, o munícipe **Luis Carlos Miotto** sugeriu de forma informal à Dra. Cristiane Aparecida Ramos que fossem criadas comissões específicas para acompanhar as providências adotadas com relação aos três eixos básicos definidos na audiência pública, oportunidade em que se convencionou que esta sugestão também constaria em ata.

Concluídos os trabalhos, foi dada por encerrada a audiência pública.

CERTIFICO que a presente ata reproduz o verdadeiro teor da audiência pública, conforme textos acima transcritos, sendo por mim, CARLA ARNHOLD, Assessora de Promotor-DAS5, redigida, conferida e lavrada em 11 (onze) páginas numeradas, a qual subscrevo juntamente com a Promotora de Justiça, Dra. Cristiane Aparecida Ramos.

Palotina, 08 de agosto de 2016.

CRISTIANE APARECIDA RAMOS
Promotora de Justiça

CARLA ARNHOLD
Assessora de Promotor